

O repensar social sem paliativos: retratos da marginalização em discussões de sala de aula

Sheila Pires dos Santos*, Marcelo Franco Leão**

Resumo

Com o intuito de compreender as nuances das condições sociais e econômicas de um grupo de estudantes de uma turma de segundo ano do ensino médio do município de Lucas do Rio Verde- MT, aplicou-se um questionário socioeconômico com posterior entrevista semiestruturada a 17 participantes no primeiro semestre letivo de 2023, configurando essa pesquisa em qualitativa e exploratória fundamentada no procedimento de estudos de caso. Com a análise dos dados a partir da triangulação com foco no metafenômeno, transcorreu-se este estudo objetivando reflexões para a desconstrução da linearidade entre o ensino de Ciências e a formação para a cidadania, ao pluralizar a sociedade e enfatizar a formação de valores e atitudes cívicas, especialmente em contextos de comunidades de baixa renda. Evidencia-se a urgência em formações continuadas para professores que abordem a ética em contextos político-sociais, além de explicitar a deficiência das políticas públicas e a inserção do 'estado paralelo' em comunidades de baixa renda. Dessa maneira indaga-se se a formação cidadã que vem sendo proporcionada nas escolas está adequada a essa sociedade multifacetada.

Palavras-chave: formação cidadã; ensino de ciências; marginalização educacional.

Rethinking Society Without Palliatives: portraits of marginalization in Classroom Discussions

Abstract

With the aim of understanding the nuances of the social and economic conditions of a group of second-year high school students in the municipality of Lucas do Rio Verde, MT, a socio-economic questionnaire was administered followed by semi-structured interviews with 17 participants in the first semester of 2023. This qualitative and exploratory research was grounded in the case study procedure. Analyzing the data through triangulation focusing on the meta-phenomenon, this study aimed to reflect on deconstructing the linearity between Science education and citizenship formation, by pluralizing society and emphasizing the formation of civic values and attitudes, especially in low-income community contexts. It highlights the urgency of continuous teacher training addressing ethics in socio-political contexts, while also exposing the shortcomings of public policies and the presence of a 'parallel state' in low-income communities. This raises questions about whether the civic education provided in schools is adequate for this multifaceted society.

Keywords: civic education; science education; educational marginalization.

Repensar la sociedad sin paliativos: retratos de la marginalización en discusiones de aula

Resumen

Con el propósito de comprender las complejidades de las condiciones sociales y económicas de un grupo de estudiantes de segundo año de secundaria en el municipio de Lucas do Rio Verde, MT, se aplicó un cuestionario socioeconómico seguido de entrevistas semiestructuradas a 17 participantes en el primer semestre de 2023. Esta

*Mestre em Ensino pelo Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4561-2831>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4221595447077894>. E-mail: sheilapires.bio@outlook.com

** Doutor em Educação e Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE - IFMT). É coordenador de área do Programa de Iniciação à Docência (PID) Núcleo Confresa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9184-916X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6237242675937692>. E-mail: marcelo.leao@ifmt.edu.br.

investigación cualitativa y exploratoria se fundamentó en el procedimiento de estudio de caso. Analizando los datos mediante la triangulación centrada en el metafenómeno, este estudio tuvo como objetivo reflexionar sobre la desconstrucción de la linealidad entre la educación científica y la formación ciudadana, al pluralizar la sociedad y enfatizar la formación de valores y actitudes cívicas, especialmente en contextos de comunidades de bajos ingresos. Se destaca la urgencia de una formación continua para los docentes que aborde la ética en contextos sociopolíticos, así como la exposición de las deficiencias de las políticas públicas y la presencia de un 'estado paralelo' en las comunidades de bajos ingresos. Esto plantea interrogantes sobre si la educación cívica proporcionada en las escuelas es adecuada para esta sociedad multifacética.

Palabras clave: educación cívica; educación científica; marginación educativa.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte dos resultados de uma dissertação de mestrado que investigou a aplicação de uma prática pedagógica para a educação em ciência-tecnologia-sociedade (CTS) no ensino de Biologia, com o objetivo de atenuar a adesão dos estudantes aos discursos tendenciosos do negacionismo, da pós-verdade e das fake news relacionadas à vacina contra a Covid-19. A pesquisa, intitulada “Genocídio discursivo: o ensino de Biologia a partir de uma abordagem CTS para contrapor manifestações negacionistas frente à vacinação da Covid-19”, demonstrou a urgência em repensar os rumos da educação e destacou a importância da educação CTS como propulsora da Alfabetização Científica (AC), da minimização do negacionismo científico e das consequências adversas associadas a discursos populistas.

Dentre os resultados da pesquisa, uma ênfase significativa foi atribuída aos dados obtidos por meio de um questionário socioeconômico elaborado para compreender as nuances das condições sociais e econômicas dos participantes. No entanto, um destaque particular recaiu sobre as justificativas reveladas durante a entrevista semiestruturada subsequente, pois esta permitiu uma análise das formas como o poder político se inscreve nas populações e influencia, direta e indiretamente, as políticas de saúde pública, promovendo diálogos e reflexões, especialmente no que tange às complexidades da biopolítica, conforme delineada por Michel Foucault (2008) e ao estrato marginal social proposto por Quijano (1973; 2010).

Ademais, as discussões foram enriquecidas pela exploração dos conceitos de necropolítica, conforme arquitetado por Achille Mbembe (2014; 2018), para uma compreensão mais profunda das dinâmicas contemporâneas de governança e resistência, além de estabelecer um elo com as propostas de Levinson (2010), que articula o ensino de Ciências e a formação para a cidadania, e de Habermas (1995; 2004), que critica os modelos republicano e liberal clássico de democracia.

No âmbito político-partidário, a reflexão sobre a representatividade política e suas repercussões nas comunidades, especialmente a associação da 'comunidade' a um rótulo 'lulopetista', encontra respaldo em obras que discutem a relação entre política, identidade e representação, como as propostas por Laclau e Mouffe (1985) e Hall (1996).

Finalmente, a discussão sobre a formação de professores e sua influência nas percepções políticas dos estudantes é embasada na proposta de Irene Cristina de Mello (2017), que ressalta a necessidade de mais pesquisas sobre a formação dos formadores de professores, especialmente no contexto de Ciências Naturais e Matemática.

A dimensão pedagógica do ensino de Ciências culmina no conceito vital de 'cidadania', tema abordado não apenas como um sinônimo de criticidade e engajamento democrático, mas também como uma defesa essencial da formação do cidadão consciente e ativo. Surge, então, o questionamento: estaria a sociedade contemporânea efetivamente estruturada para garantir a formação de cidadãos com acesso igualitário às oportunidades e à participação social plena, considerando as dinâmicas históricas e estruturais que perpetuam desigualdades?

Dessa forma, objetiva-se estimular reflexões para a desconstrução da linearidade entre o ensino de Ciências e a formação para a cidadania, ao pluralizar a sociedade e enfatizar a formação de valores e atitudes cívicas, especialmente em contextos de comunidades de baixa renda.

Fundamentação Teórica

A "formação para a cidadania" ou o "exercício da cidadania", propostos em documentos oficiais nacionais, está veementemente atrelado ao "mundo do trabalho" ou à "qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988), sem explicitar o que se espera do "cidadão" formado pelo sistema educacional, mas estabelecendo, nas entrelinhas, onde o ensino público deve findar (Brasil, 2000; 2018). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) objetiva a "formação para o exercício da cidadania", porém não define de forma clara o conceito de "cidadania", tampouco detalha seu exercício, preocupando-se mais com a progressão acadêmica do que com a formação integral.

Freire (2008) reflete que o discurso da globalização oculta a ética do mercado, escondendo a intensificação da desigualdade capitalista: "O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões" (Freire, 2008, p. 128).

Essa reflexão de Freire (2008) aprofunda a orientação da LDB (Brasil, 1996) sobre a formação cidadã, oferecendo uma perspectiva crítica necessária para entender a educação como um processo que transcende a simples preparação para o mercado de trabalho e o progresso acadêmico. Trata-se de incluir uma ética universal que promova a justiça social e uma cidadania efetiva.

No contexto da educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), em alinhamento com o discurso freiriano, o professor Wildson Santos (2007) propõe uma visão específica do exercício da cidadania:

[...] o que se espera é que o cidadão letrado possa participar das decisões democráticas sobre ciência e tecnologia, que questione a ideologia dominante do desenvolvimento tecnológico. Não se trata de simplesmente preparar o cidadão para saber lidar com essa ou aquela ferramenta tecnológica ou desenvolver no aluno representações que o preparem a absorver novas tecnologias (SANTOS, 2007, p. 483).

Essa abordagem enfatiza a importância de preparar cidadãos para participarem criticamente das decisões democráticas relacionadas à ciência e tecnologia, deixando de ser apenas consumidores de tecnologia para se tornarem influenciadores e questionadores das direções tecnológicas que afetam a sociedade (Santos, 2007). A falta de preparo crítico constitui uma forma de marginalização educacional, pois, quando a educação se limita à qualificação para o trabalho e ao consumo, negligencia-se o desenvolvimento integral, excluindo os jovens das discussões e decisões importantes que impactam suas vidas. Isso perpetua as desigualdades sociais e limita as oportunidades de emancipação e crescimento integral.

Ao propor a relação entre as disciplinas científicas e a cidadania, nota-se que currículos mais recentes apontam para a necessidade de formação de cidadãos críticos e participantes na sociedade, capazes de tomar decisões conscientes em relação a temas sociocientíficos. Nesse sentido, Levinson (2010) destaca a similaridade entre políticas educacionais de diversos países, como Inglaterra, EUA, Brasil e Portugal, cujos currículos de ciências incluem demandas explícitas para a formação cidadã.

Em países governados por democracias parlamentaristas, essa ênfase curricular reflete uma tentativa de restaurar a confiança entre os formuladores de políticas públicas e a sociedade. Levinson (2010, p. 70) observa que “um público desconfiado pode responder negativamente à introdução de novas tecnologias, ameaçando a competitividade da nação como economia do conhecimento”. Entretanto, ao alinhar a educação às necessidades de uma economia baseada no conhecimento, surge o risco de moldar a sociedade de maneira utilitarista. Isso pode ser interpretado tanto como uma estratégia positiva de adaptação ao desenvolvimento econômico quanto como uma tentativa de influenciar a opinião pública e as atitudes sociais, facilitando a implementação de políticas desejadas. Levinson (2010, p. 72) adverte: “O perigo de tal retórica onipresente é que ela pode disfarçar problemas e contradições que, se ignoradas, podem levar à persistência de práticas antidemocráticas”.

É essencial considerar que a formação para a cidadania, em contextos educacionais capitalistas, muitas vezes é moldada por interesses econômicos. Empresas e corporações investem em programas educacionais que promovem responsabilidade cívica e ética no trabalho, mas frequentemente o fazem alinhando essas iniciativas a seus próprios objetivos comerciais (Levinson, 2010). Embora tal direcionamento não seja necessariamente negativo, ele pode priorizar aspectos específicos da cidadania que são compatíveis com interesses mercadológicos, sem questionar as desigualdades sociais e econômicas inerentes ao sistema capitalista.

Nesse contexto, Loureiro (2009, p. 52) ressalta que “posicionamento ético é aquele que defende o bem comum”, mas, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, a definição do que constitui o bem comum torna-se objeto de disputas e conflitos. Políticas públicas, como a redistribuição de renda, podem ser vistas como essenciais por classes menos favorecidas, mas consideradas prejudiciais pelos mais ricos (Loureiro, 2009).

No Brasil, a pluralidade de interesses torna o posicionamento ético voltado ao bem comum uma escolha complexa e sujeita a contínuos embates. Habermas (1995) critica essa característica, apontando que subordinar processos políticos a questões éticas é problemático, pois divergências éticas são inevitáveis. Ele propõe que a participação social seja baseada em justificativas racionais ou normativas centradas na justiça, em vez de meramente éticas (Habermas, 1995, p. 45).

A questão não é defender um modelo democrático específico, mas questionar uma formação cidadã que, apesar de sua ênfase em uma educação crítica, frequentemente carece de clareza quanto aos seus fins e meios. Surge a indagação: os professores estão preparados para promover essa formação crítica? E, caso estejam, crítica em relação a quê? Estaria essa criticidade conectada à sociedade como um todo ou restrita a um estrato específico do público-alvo?

Auler e Delizoicov (2006) acreditam que a educação deve promover a participação ativa daqueles que são marginalizados e silenciados pela sociedade, ajudando-os a superar a “cultura do silêncio” e a se tornarem protagonistas de suas histórias. Com base na pedagogia freiriana, eles defendem que a construção de uma sociedade mais democrática e justa é uma questão ética que passa pela superação dessa condição de silêncio e passividade.

Os pressupostos educacionais de Paulo Freire, enraizados em países da América Latina e do continente africano, apontam para além do simples treinamento de competências e habilidades. A dimensão ética, o projeto utópico implícito em seu fazer educacional, a crença na vocação ontológica do ser humano em “ser mais” (ser sujeito histórico e não objeto), eixos balizadores de sua obra, conferem, ao seu projeto político-pedagógico, uma perspectiva de “reinvenção” da sociedade, processo consubstanciado pela participação daqueles que, hoje, encontram-se imersos na “cultura do silêncio”, submetidos à condição de objetos ao invés de sujeitos históricos. Freire entende como uma questão ética a constituição de uma sociedade mais democrática, sendo, para tal, necessária a superação da “cultura do silêncio” (Auler; Delizoicov, 2006, p.3).

Para alcançar esses objetivos, estabelece-se como principal meta a adoção de metodologias de ensino que transcendam a linearidade da transmissão de conteúdo, um aspecto já amplamente debatido no contexto educacional. Além disso, busca-se fomentar um ambiente em que os estudantes desenvolvam habilidades reflexivas, capazes de integrar o conhecimento científico às questões sociais e éticas do mundo contemporâneo. Dessa forma, a educação científica assume um papel central como instrumento para a chamada formação cidadã, ao orientar de maneira consciente e engajar o indivíduo no enfrentamento dos desafios complexos de uma sociedade plural. Como propôs Myriam Krasilchik (1988, p. 60): “Educar para a cidadania, sem restringir a escola ao papel de preparação do indivíduo maleável e manipulável, é a grande tarefa com que se defrontam hoje os professores de Ciências”.

Entretanto, para alcançar uma educação que promova a pluralidade, é imprescindível compreender as esferas sociais que constituem o ambiente de sala de aula e

adotar uma abordagem pedagógica que integre as diversas concepções de cidadania ao currículo de Ciências. Tal iniciativa exige uma reflexão crítica sobre os valores e atitudes promovidos no contexto educacional, especialmente em comunidades de baixa renda, onde as desigualdades sociais tendem a ser mais acentuadas.

Metodologia

De natureza aplicada, com o intuito de gerar conhecimentos e solucionar problemas locais, esta pesquisa possui objetivos exploratórios e explicativos, pois caracteriza-se por esclarecer conceitos e ideias de um tema pouco explorado, além de detalhar as variáveis e as relações causais entre elas, atentando-se à complexidade dos fatos (Gil, 2019, p. 26-27). Com abordagem qualitativa, utiliza estratégias que estimulam uma compreensão aprofundada dos fenômenos investigados (Moraes, 1999).

Baseada nos pressupostos de Yin (2005), adotou-se nesta pesquisa o estudo de caso, por se tratar de um procedimento empírico, capaz de englobar o objeto de pesquisa no contexto social dos participantes. Além disso, o estudo de caso permite uma ampla gama de instrumentos de coleta de dados, favorecendo a compreensão de um fenômeno social complexo.

Como procedimento de coleta de dados, considerou-se que a utilização de questionários possibilitaria a análise de “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas” (Gil, 1999, p. 128), evitando a influência de opiniões ou do aspecto pessoal da pesquisadora sobre os entrevistados (Gil, 1999, p. 129). Após a aplicação dos questionários, utilizou-se a entrevista semiestruturada, com o objetivo de aprofundar a compreensão das respostas obtidas no questionário, composto por perguntas fechadas (Minayo, 2010).

Para aprofundar os relatos, a observação participante desempenhou um papel importante, permitindo captar aspectos íntimos da realidade social, dos conflitos e tensões vivenciados pelos participantes (Barros, 1994). Durante a observação, procurou-se compreender as percepções sobre tradições, costumes, ideias, ideais, motivos e sentimentos relacionados ao tema proposto. Além disso, foram analisadas as entonações de voz, gestos, expressões e manifestações de antipatias ou simpatias dentro do grupo (Brandão, 1991).

O grupo pesquisado foi composto por 20 estudantes, sendo 11 residentes do bairro Jaime Seiti Fujii, uma comunidade de baixa renda do município de Lucas do Rio Verde, localizado no médio norte de Mato Grosso, a cerca de 350 km de Cuiabá. A cidade tem aproximadamente 84 mil habitantes e uma área de 3.674,6 km². Com um PIB per capita de R\$ 85.997,55 e uma média salarial de 2,6 salários mínimos, 26,9% da população é classificada como de baixa renda, com rendimentos de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2022).

A Escola Estadual Manoel de Barros, fundada em 2015, atende principalmente os moradores dos bairros Parque das Américas, Vida Nova e Jaime Seiti Fujii, sendo este último uma área periférica onde reside a maioria da população de baixa renda. Localizada no bairro Parque das Américas, a escola conta com 35 turmas e cerca de 980 alunos, oferecendo ensino médio regular, técnico, EJA e os ciclos finais do ensino fundamental.

A classe do segundo ano do ensino médio, inserida na modalidade regular, foi o foco desta pesquisa entre os meses de março e junho de 2023, envolvendo dois professores diretamente relacionados à área de conhecimento para a ampliação do vértice de pesquisa (Brasil, 2018). No entanto, apenas um participou efetivamente, sendo identificado como 'P1' na seção de resultados. Os demais participantes, estudantes, são referenciados por iniciais ou codinomes, para preservar o sigilo.

Ao considerar a complementaridade de instrumentos de coleta e métodos pedagógicos, para esclarecer as relações ideológicas relacionadas ao objeto de estudo e à ação dos participantes em suas estruturas culturais, sociais e políticas, utilizou-se a triangulação metodológica (Flick, 2009). O objetivo foi sensibilizar os participantes para uma transformação social (Alves-Mazzotti, 1998, p. 139). Essa abordagem considera objeto, sujeito e fenômeno, com foco no metafenômeno proposto por Tuzzo e Braga (2015, p. 151), que “oferece ao pesquisador olhares múltiplos e diferentes do mesmo lugar de fala”.

A triangulação metodológica proposta por Flick (2009) consiste em utilizar múltiplos métodos e fontes de coleta de dados, buscando uma compreensão mais completa e robusta do fenômeno estudado. O objetivo é aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados, confrontando e complementando informações obtidas de diferentes perspectivas. Quando combinados, esses métodos fornecem uma visão mais precisa e contextualizada do objeto de pesquisa.

Cumpriram-se as etapas de organização dos dados coletados, identificação de padrões, codificação inicial, comparação e codificação cruzada, identificação de convergências e síntese dos resultados (Flick, 2009). Este artigo apresenta um recorte direcionado ao estudo socioeconômico do grupo participante.

Resultados e Discussão

Apesar de haver mais de 20 estudantes matriculados na turma do segundo ano do ensino médio, foco desta pesquisa, apenas 16 eram alunos ativos e com frequência intermediária, totalizando um grupo de 17 participantes ao incluir o professor P1.

Enfatiza-se que dois profissionais da educação foram designados para participação ativa nas aulas, com o objetivo de contribuir para a abordagem metodológica, considerando que o componente utilizado no desenvolvimento do projeto era interdisciplinar por área de conhecimento (Brasil, 2018) e, conseqüentemente, para a pesquisa, após a conclusão do itinerário programado. No entanto, uma das professoras participantes (P2) recusou-se a participar, enquanto a outra (P1) esteve presente em poucos momentos coletivos.

O Quadro 5 apresenta a aproximação e o reconhecimento do grupo participante a partir dos dados socioeconômicos coletados e detalhados.

Quadro 1 – Questionário socioeconômico

Identificação	Idade (anos)/ Sexo biológico	Tipo de Moradia/ residentes	Escolarização dos Pais/Responsáveis	Renda familiar (salários mínimos e auxílio do governo)	Mercado de trabalho/ motivo
AC	16- Fem.	Alugada/ 3 pessoas	Ambos Ensino médio completo	De 1 a 3 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
AK	16- Fem.	Alugada/6 pessoas	Ambos Ensino fundamental completo	De 1 a 3 salários mínimos + bolsa família	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
DD	16- Mas.	Própria/ 3 pessoas	Ambos Ensino fundamental completo	De 1 a 3 salários mínimos	Trabalha/ despesas da casa
DK	16- fem	Própria/ 7 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo	Até 1 salários mínimo + bolsa família	Nunca trabalhou fora- cuida dos irmãos

FA	16- mas	Própria/ 5 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo 1 tutor - Ensino fundamental completo	De 3 a 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- se dedicar aos estudos
GM	16- mas	Própria/ 6 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo 1 tutor – Especialização completa	De 1 a 3 salários mínimos	Trabalha/ despesas da casa e custear estudos
HV	15- mas	Própria/ 5 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo 1 tutor - Ensino fundamental completo	Mais de 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- se dedicar aos estudos
KB	15- fem	Própria/ 4 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo 1 tutor - Ensino primário	Atualmente 1 salário mínimo (investindo em comercio próprio)	Trabalha/ despesas da casa
ML	17- fem	Alugada/4 pessoas	Ambos Ensino médio completo	De 3 a 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
NF	16- fem	Própria/ 5 pessoas	Ambos tutores Ensino Superior completo	De 1 a 3 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
SC	16- fem	Própria/ 6 pessoas	Ambos Ensino médio completo	Mais de 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
SG	16- fem	Alugada/4 pessoas	Ambos Ensino médio completo	De 3 a 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- serviço doméstico da residência
TS	17- mas	Alugada/m ora sozinho	Denomina-se Emancipado	De 1 a 3 salários mínimos	Trabalha para se sustentar e auxiliar gestão da ex-namorada
VG	16- fem	Alugada/6 pessoas	Ambos Ensino médio completo	De 3 a 6 salários mínimos	Trabalha fora/ ser independente e

					possivelmente sair de casa
WB	16- mas	Própria/ 3 pessoas	Ambos Ensino médio completo	De 3 a 6 salários mínimos	Nunca trabalhou fora- se dedicar aos estudos
WG	17- fem	Alugada/7 pessoas	1 tutor - Ensino médio completo 1 tutor - Ensino fundamental completo	De 1 a 3 salários mínimos	Trabalha fora/ ser independente e possivelmente sair de casa
P1	Maior de 18 - fem	Alugada/3 pessoas	-	De 3 a 6 salários mínimos	Professora/ despesas da casa
P2	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com a aplicação e o término do questionário socioeconômico (Quadro 1), foi realizada uma entrevista semiestruturada informal e de sondagem coletiva para discutir as respostas dos estudantes. Durante a atividade, eles identificaram os bairros de moradia, sendo observado que os 11 participantes supracitados demonstraram dúvidas quanto à classificação de suas residências como realmente urbanas. Na questão em pauta, haviam quatro opções: Residência Urbana, Residência Rural, Comunidade Indígena e Comunidade Quilombola. Segundo os estudantes, deveria existir uma alternativa intitulada apenas como "Comunidade", para diferenciá-la de região urbana.

Diante dessa situação, foram explicadas as características de cada localidade para que os estudantes se reconhecessem enquanto residentes urbanos, considerando que todos habitavam o perímetro urbano.

Essa dificuldade pode ser explicada pelo estruturalismo racial e pela ideia de "modernidade" emancipadora, que busca a libertação e o progresso para toda a sociedade a partir de uma visão unificada que não considera as estratificações sociais. Essa modernidade foi imposta a diferentes culturas por meio de diversas formas de violência e se manifesta na distribuição desigual de recursos, poder econômico, capital, além da racionalização e marginalização de experiências, aspirações e culturas (Mignolo, 2007; 2008; Quijano, 2000; 2010).

Tais ideias são concomitantes à "modernização" do Rio de Janeiro no início do período republicano, que culminou na Revolta da Vacina, cujos efeitos sociais permanecem visíveis até os dias atuais:

[...] as vítimas são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes éticos, que constituem a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie que povoavam a cidade. A ação do governo não se fez somente contra seus alojamentos: suas roupas, seus pertences pessoais, sua família, suas relações vacinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura, enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, [...], ao abrigo de leis de exceção e bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador e discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio, do espaço da opressão (Sevcenko, 2010, p 62).

Observou-se ainda que 8 dos 17 participantes dividiam suas residências com mais de cinco pessoas. Quando questionados, explicitaram as características das moradias: quatro afirmaram ter conseguido ampliar a "casinha do governo" com “uns puxadinhos”; dois disseram ter reprojeto a casa; e os demais alegaram não possuir condições financeiras para realizar melhorias, o que implica na divisão dos cômodos entre várias pessoas.

O bairro Jaime Seiti Fujii foi projetado como conjunto habitacional e atualmente é formado por duas partes (Jaime Seiti Fujii I e II), com aproximadamente 1.600 famílias. Por meio do programa Minha Casa Minha Vida, os moradores foram sorteados para definir a localidade das residências e assinar contratos que estipulam regras, como a proibição de vender, alugar ou ceder os imóveis (Prefeitura de Lucas do Rio Verde, 2013; 2016). No entanto, quatro dos onze moradores participantes da pesquisa que residem nesse bairro alegaram ter adquirido o imóvel de terceiros.

Pode-se estabelecer uma relação intrínseca entre os conjuntos habitacionais e a visão de Foucault (2008) sobre a biopolítica, uma vez que esses contextos urbanos densamente povoados são exemplos concretos de como políticas governamentais e decisões de planejamento urbano impactam a vida das populações periféricas. Os conjuntos habitacionais exteriorizam a maneira como as autoridades governamentais intervêm na vida das pessoas ao "organizar" o ambiente de moradia, seja na distribuição de recursos urbanos, na habitação ou no saneamento básico.

Destaca-se também que os conjuntos habitacionais são projetados para abrigar um grande número de pessoas como forma de controlar e regulamentar a “ordem pública” e a “manutenção da sociedade”. Além disso, o design urbano pode influenciar o comportamento e as interações sociais, funcionando como um mecanismo de controle da vida social dessa população (Foucault, 2008).

Um exemplo emblemático desse contexto é a polêmica gerada pela construção do conjunto habitacional em Campinas, destinado a abrigar 116 famílias da ocupação Nelson Mandela (G1, 2023a; Pinheiro; Silveira, 2023):

A prefeitura de Campinas (SP) anunciou casas populares com 15 m² no residencial Mandela para atender pelo menos 450 famílias que viviam em uma ocupação. As residências seriam para abrigar entre 7 e 8 pessoas. De acordo com a Cohab (Companhia de Habitação Popular de Campinas), foram gastos R\$ 2,6 milhões por meio do Fundap (Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana) para a construção das casas. As residências de 15 m² contam com 1 cômodo e 1 banheiro (Pinheiro; Silveira, 2023).

A situação desencadeou reações de indignação ao evidenciar as condições precárias e a negligência no planejamento inadequado, bem como na superlotação do local, o que torna a população ainda mais vulnerável. Essa marginalização aproxima-se da violência estrutural descrita pela perspectiva da necropolítica de Mbembe (2014; 2018), uma vez que, além de enfrentarem desvantagens econômicas, sociais e educacionais, essas pessoas permanecem presas a um ciclo de opressão e falta de oportunidades.

Entre os participantes, apenas um alegou viver com um único tutor — a figura materna — em uma residência onde habitam oito pessoas. Sendo a filha mais velha, DK assume a responsabilidade de auxiliar nos afazeres domésticos e cuidar dos irmãos mais jovens. Apesar de expressar a intenção de deixar a residência da mãe para morar com o companheiro, afirmou que continuaria encarregada de tais responsabilidades. Questionada sobre a paternidade dos irmãos, a participante sorriu e respondeu com a pergunta: “Por que a senhora acha que não tem nenhum lá? Ninguém quer criar filho de ninguém não.” Os demais participantes possuem dois tutores, embora apenas seis dos 16 estudantes afirmem que ambos sejam pais biológicos.

A estrutura familiar das periferias apresenta singularidades que, para Quijano (1973, p. 141), compõem o estrato social marginal latino-americano, caracterizado por “vastos conjuntos que não estão mais isolados e dispersos”:

“Muitas pesquisas, principalmente antropológicas, realizadas em diferentes ambientes urbanos marginalizados, parecem mostrar que a família marginal possui uma configuração particular, suas próprias formas de se relacionar entre seus membros e, conseqüentemente, um sistema específico de valores e normas [...]. Ela estaria focada na mãe. A relação mãe-filho seria fundamental e a figura do pai, instável e flutuante. A família seria centrada na mãe a partir de todos os pontos de vista, inclusive o econômico” (Quijano, 1973, p.153).

Como se observa, para Quijano (1973), a família desempenha um papel central nos grupos sociais marginalizados. No entanto, os aspectos particulares dessas famílias, em comparação com as estruturas familiares mais tradicionais, interferem no papel econômico. Considera-se que a figura da mãe, além de fundamental enquanto presença — dada a instabilidade associada à figura paterna —, assume também o papel de provedora da família, garantindo a sobrevivência dos dependentes.

Essa configuração familiar é abordada por Montali e Tavares (2008), que analisam a relação entre pobreza e os programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Os autores destacam que, em muitas áreas periféricas, as políticas públicas de transferência de renda têm impacto direto na estrutura familiar, uma vez que as mulheres, como chefes de família, frequentemente se tornam beneficiárias desses programas. Esse cenário reforça o papel da mulher como principal responsável pelo sustento familiar, desafiando os modelos tradicionais de divisão de papéis de gênero.

Adicionalmente, a obra de Milton Santos (2013) sobre a urbanização brasileira oferece uma compreensão mais ampla do contexto das periferias urbanas. Ele argumenta que a segregação espacial e social intensifica as desigualdades, e que a urbanização, associada ao crescimento de favelas e à marginalização de grandes populações, contribui para a reconfiguração das estruturas familiares. Nas periferias, os arranjos familiares adaptam-se à precariedade das condições de vida e à escassez de recursos, evidenciando a exclusão social e a necessidade de estratégias alternativas para a sobrevivência. Nesse cenário, as mulheres frequentemente assumem papéis de maior responsabilidade econômica e social.

Essa situação cria espaço para o que Feltran (2018) descreve como intervenções de facções, resultado das lacunas deixadas pelo Estado. Ele aponta o Primeiro Comando da Capital (PCC) como mais do que uma organização criminosa, mas uma espécie de "Estado paralelo" em áreas marginalizadas, fornecendo serviços e regulando a vida comunitária. O PCC oferece apoio social, mediação de conflitos e, em certas ocasiões, acesso a serviços básicos, posicionando-

se como alternativa à polícia e ao sistema judiciário. Essa relação complexa entre o PCC e as famílias marginalizadas inclui elementos de proteção, prestação de serviços, resolução de conflitos e, em alguns casos, a participação em atividades ilícitas. Tal dinâmica pode gerar lealdade e respeito entre a comunidade e os membros da facção.

Situação concomitante aos relatos dos estudantes-participantes, que afirmaram ter uma renda de 3 a 6 salários mínimos, alegando que ambos os tutores possuem emprego fixo e carteira assinada, pois trabalham na indústria BRF (antiga Brasil Foods). No entanto, um deles destacou que complementa a renda com trabalho autônomo. Nesse momento, todos riram, e WG explicou que o participante não deveria falar mais sobre o assunto, pois o trabalho mencionado era ilícito. Segundo o participante TS, existem duas grandes facções no município, e na ‘comunidade’ deles há “o pessoal do PCC, que ajuda muito a galera”. TS ainda mencionou que, quando as famílias enfrentam dificuldades financeiras, é só procurar “os parças”, que arrumam “uns tramos” e ainda fornecem “cesta básica” para a família e pagam as “contas da casa”.

Em relação à renda, dois dos estudantes-participantes afirmaram ter uma renda familiar superior a 6 salários mínimos. Quando questionados, disseram que um dos tutores é ‘caminhoneiro’, ou seja, trabalha no transporte de grãos. Lucas do Rio Verde é conhecida por ser um dos principais municípios do Médio Norte do Estado de Mato Grosso na produção de grãos, ocupando o 6º lugar no Ranking Mato-grossense de toneladas de produção, conforme dados do IBGE de 2021 (IBGE, 2022), o que favorece a economia local e a taxa de empregabilidade.

Apesar da expansão econômica do município, os estudantes-participantes destacam que enfrentam dificuldades para conseguir emprego no comércio local, devido à localização de suas moradias. Relatam que, para serem contratados fora da comunidade, muitas vezes é necessário alterar o endereço no currículo. Essa situação reflete a discriminação geográfica e socioeconômica, uma característica da marginalização discutida por Quijano (1973; 2010). A marginalização, nesse contexto, não se restringe apenas à exclusão social, mas também se manifesta fisicamente por meio da segregação espacial, onde as comunidades marginalizadas são deslocadas para áreas periféricas da cidade, com acesso limitado a infraestrutura e serviços. Esse fenômeno cria um ciclo de desvantagens, pois a segregação socioespacial restringe o acesso a oportunidades de trabalho, perpetuando desigualdades

econômicas e sociais, como ilustrado pelos relatos dos participantes.

Esse ciclo de marginalização é frequentemente reforçado pela falta de reconhecimento das habilidades e qualificações dos indivíduos provenientes dessas regiões, visto que o simples fato de residirem em áreas periféricas compromete suas chances de inserção no mercado de trabalho, como indicam os relatos de DK, SC e DD: “O máximo que a gente consegue é ‘arrancar raiz’ na lavoura, e os que ‘entram em serviço bom, são os indicados por alguém de nome”.

A situação descrita é um exemplo claro de como a discriminação geográfica se manifesta concretamente nas desigualdades, onde a exclusão social se entrelaça com as dinâmicas espaciais da cidade, impactando a vida dos indivíduos de diversas maneiras.

Além disso, o município e grande parte de seus habitantes manifestam representatividade político-partidária. Durante os atos golpistas nas campanhas pré-eleitorais, a ‘comunidade’ passou a ser reconhecida como ‘lulopetista’. A estudante-participante VG alegou que sua família sofria retaliações, até mesmo dentro de casa, pois o tio, que conseguiu um emprego de ‘caminhoneiro’ para o pai da estudante, dizia constantemente que iria ‘denunciá-lo’ para os outros.

Os reflexos desse momento na história da democracia brasileira se concretizaram no dia 8 de janeiro de 2023, data marcada pelos crimes de invasão, depredação e vandalismo de monumentos públicos no Congresso Nacional, Planalto e Supremo Tribunal Federal, ocasionando vandalismos e repressões em todo o Brasil. Um dos casos ocorreu na BR-163, na região de Lucas do Rio Verde, onde manifestantes bolsonaristas atearam fogo na ponte Rio Verde, que liga diversos municípios do norte do estado, bloqueando a via e causando a queda do abastecimento de internet em 50 municípios. Esses atos ainda repercutem na imprensa nacional, devido às operações em andamento da Polícia Federal no estado:

A Polícia Federal cumpriu cinco mandados de apreensão e medidas cautelares, na manhã dessa quinta-feira (10 de agosto), contra investigados pelos atos antidemocráticos após as eleições de 2022. As ordens judiciais foram cumpridas durante a *‘Operação Ignem Pontis’* em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, a 360 e 269 km de Cuiabá, respectivamente (G1 MT, 2023b).

Esses fatores político-partidários podem ter influenciado a participação de P2, que optou por não contribuir com a pesquisa, alegando que não se envolvia com “pesquisas de

esquerda”, apesar da professora-pesquisadora afirmar que foi aceita pela gestão e se referir a discursos negacionistas contra a vacina da Covid-19. P2 reiterou que isso se tratava de uma política de esquerda.

Por esse motivo, ressalta-se a importância de pesquisas voltadas para os professores, como propõe a professora doutora Irene Cristina de Mello, em entrevista à Revista Eventos Pedagógicos, no ano de 2017:

O ensino de Ciências Naturais e Matemática nas escolas brasileiras, de modo geral, ainda acontece de forma tradicional e as pesquisas nessa área, costumeiramente, têm como foco o professor. E mais, a formação inicial e continuada dos docentes da educação básica constituem temáticas preponderante nas pesquisas. Assim, quero chamar atenção para necessidade de mais pesquisas sobre a formação dos formadores de professores na área de Ciências Naturais e Matemática. Lembro que este é um processo que envolve dimensões coletivas, individuais e institucionais, bem como se desenvolvem em tempos e espaços diferentes. Há uma alta complexidade neste tipo de formação e que influencia substancialmente as licenciaturas, a formação dos jovens professores e que não só merece consideração em nossas pesquisas científicas, mas sobretudo nas políticas públicas brasileiras (Mello, 2017, p. 580, 581).

A correlação estabelecida por P2 pode estar relacionada às estratégias adotadas por políticos populistas para manipular a percepção pública, minando a credibilidade dos fatos e dos objetivos da ciência, consolidando seu poder como a única fonte confiável. Isso limita a capacidade das pessoas de se envolverem em debates informados e construtivos, polarizando a sociedade e interferindo na coesão social e nos processos democráticos (Fancelli, 2022).

A pesquisa sobre a formação de professores torna-se crucial ao investigar as crenças e valores que os educadores desenvolvem ao longo de sua carreira, incluindo suas percepções político-ideológicas e como essas crenças influenciam suas decisões e comportamentos. É necessário avaliar se os programas de formação inicial e continuada estão abordando adequadamente questões políticas, éticas e sociais, capacitando os professores a lidar de forma crítica e reflexiva com tais assuntos. Além disso, é importante desenvolver estratégias eficazes de formação que ajudem os professores a abordar de maneira construtiva tópicos polêmicos e políticos em sala de aula, promovendo o pensamento crítico e a abertura ao diálogo, onde diferentes perspectivas políticas possam ser compartilhadas e discutidas de forma respeitosa (Auler; Delizoicov, 2006).

Nesse segmento, vale o questionamento sobre qual cidadania se almeja quando se propõe uma formação crítica e coerente. É necessário refletir se a coerência estará voltada a pressupostos liberais, republicanos ou procedimentalistas, se está subordinada a justificativas racionais ou normativas centradas na justiça, e não apenas em questões éticas. Isso se deve ao fato de que a estratificação social implica que sempre haverá divergências éticas insolúveis em qualquer comunidade (Habermas, 1995).

Faz-se necessário incentivar formações de professores que promovam a objetividade, o respeito às diferentes perspectivas e a capacidade de lidar com questões políticas sensíveis. As pesquisas voltadas para a formação de professores são fundamentais para entender como as atitudes políticas se relacionam com a educação, permitindo a adaptação de abordagens pedagógicas, como a inserção do elo CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) intrínseco ao currículo, além da formulação de políticas que promovam um ambiente educacional enriquecedor e equilibrado, onde os estudantes possam desenvolver o pensamento crítico-social e a participação cívica informada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as interações entre questões sociais, facções e políticas públicas em Lucas do Rio Verde, esta pesquisa proporcionou uma visão aprofundada das dinâmicas que permeiam a comunidade. As conclusões extraídas oferecem insights valiosos para a compreensão de fenômenos complexos que transcendem as fronteiras do município, contribuindo para discussões mais amplas sobre desigualdades sociais, marginalização e intervenção do Estado.

A falta de clareza nas definições de residência urbana, conforme evidenciado pelos participantes da pesquisa, destaca a importância de uma abordagem mais inclusiva nas políticas públicas. A necessidade de categorizações que considerem a diversidade cultural e social é uma urgência evidente, refletindo a imposição histórica de estruturas que nem sempre se alinham à riqueza de experiências presentes na sociedade brasileira.

A análise das condições habitacionais, guiada pelo conceito de biopolítica de Michel Foucault, ressalta a necessidade de repensar as estratégias de planejamento urbano. As políticas habitacionais devem considerar não apenas a distribuição de recursos, mas também a preservação da dignidade e qualidade de vida das comunidades periféricas, evitando a

perpetuação de desigualdades e precariedades. Já a presença das facções revela a complexidade das relações entre essas organizações e as comunidades marginalizadas. A atuação do PCC como um "estado paralelo" destaca as lacunas deixadas pelo Estado, exigindo uma reflexão sobre a eficácia das políticas públicas de segurança e inclusão social.

A análise da estrutura familiar, centrada na figura materna, reforça a necessidade de políticas que reconheçam e fortaleçam o papel das mulheres nas comunidades periféricas. A representatividade político-partidária nas comunidades, evidenciada pela associação da "comunidade" a rótulos específicos, destaca a influência das dinâmicas políticas na vida cotidiana. Essa percepção subjetiva da participação política indica a necessidade de promover um diálogo mais inclusivo e democrático, reconhecendo a diversidade de opiniões e experiências.

A resistência de alguns participantes em contribuir com a pesquisa devido às suas visões políticas ressalta a importância da formação de professores que promova o pensamento crítico e a objetividade. A influência política no ambiente educacional destaca a necessidade de estratégias de formação que preparem os professores para abordar questões políticas de maneira equilibrada e reflexiva, especialmente no contexto de "formação cidadã".

Dessa maneira, conclui-se que este estudo oferece uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas sociais em Lucas do Rio Verde e proporciona subsídios para reflexões e ações que busquem uma transformação social mais inclusiva e justa. O desafio futuro reside na implementação de políticas públicas sensíveis, capazes de abordar as complexidades presentes nesse tecido social, promovendo uma sociedade mais equitativa e participativa. Como preconizado por Paulo Freire, a educação deve capacitar os indivíduos a serem sujeitos históricos, ativos e conscientes, capazes de contribuir para a reinvenção de uma sociedade mais justa e democrática. Não basta uma "formação cidadã crítica", deve-se entender o que se critica e onde se quer chegar enquanto sociedade, qual bem comum se busca e qual cidadania é essa que tanto se almeja.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 106-203.

AULER, Décio.; DELIZOICOV, D. Ciência-Tecnologia-Sociedade: relações estabelecidas por professores de ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de Las Ciencias**, v. 5, n. 2, p. 337-355, 2006. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen5/ART8_Vol5_N2.pdf. Acesso em: 22 de jul. 2021.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis (RJ):Vozes; 1994.

BRANDÃO CR. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.pdf. Acesso em: 02 ago 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Brasil. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista**. Apris, 2º ed. Curitiba, 2022. 144 p.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Roberto Cataldo Costa (Trad.). Coleção Pesquisa Qualitativa, São Paulo: Bookman; Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

G1 Campinas e região. Moradores de ocupação veem vitória em casa de 15m² feita pela Prefeitura de Campinas; professor critica: 'extremamente precário'. **G1**, 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/06/12/professor-da-usp-critica-imoveis-de-15-m-construidos-em-campinas-mas-ocupacao-beneficiada-ve-casa-embriao-como-vitoria.ghml>. Acesso em: 11/07/2023.

G1 MT. Investigados por queimarem ponte durante atos antidemocráticos após as eleições 2022 são alvos de operação da PF em MT. **G1 MT**, 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/10/investigados-por-queimarem-ponte-durante-atos-democraticos-nas-eleicoes-2022-sao-alvos-de-operacao-da-pf-em-mt.ghml>. Acesso em: 11 ago 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, n. 36, p. 39-53, 1995.

HALL, Stuard. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lucas-do-rio-verde/panorama>

KRASILCHIK, Myriam. **Ensino de ciências e a formação do cidadão**. Brasília, ano 7, n. 40, p. 54-60, 1988.

LACLAU, Ernest. e MOUFFE, Chantal. **Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London, Verso, 1985. 198 p.

LEVINSON, R. Science education and democratic participation: an uneasy congruence? **Studies in Science Education**, London, v. 46, n. 1, p. 69-119, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas: problematizando os caminhos da educação ambiental**. Ambiente & Educação, v. 14, p. 11-22, 2009.

MARTINS, Isis Mar Marques. **Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução**. Geografares, 2022. 34(2), 94-111
<https://journals.openedition.org/geografares/3839>

MBEMBE Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1; 2014.

MBEMBE Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: N-1; 2018.

MELLO, Irene Cristina de; TREVISAN, Ebersson Paulo. A formação de professores de Ciências e Matemática: perspectivas e desafios. Uma entrevista com Irene Cristina de Mello. **Revista eventos pedagógicos**, v. 08, p. 574-581, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, WALTER. **LA IDEA DE AMÉRICA LATINA: LA HERIDA COLONIAL Y LA OPCIÓN DECOLONIAL**. BARCELONA: GEDISA EDITORIAL, 2007.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: Minayo. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MONTALI, Lília; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2008. 211-231. <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/wHTGCGPPxfdXPd7DPcgkVLv/?lang=pt>

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. Porto Alegre: **Revista Educação**, v. 22, n.37, p. 7-32, 1999.

PINHEIRO, Nilceia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari monteiro Castilho Foggiatto; PODER360. **Lula critica projeto da prefeitura de Campinas de casas de 15 m²**. PODER360, 19/06/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-critica-projeto-da-prefeitura-de-campinas-de-casas-de-15-m%C2%B2/>. Acesso em: 11/07/2023.

PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. **Casas populares do Jaime Seiti Fujii II serão entregues no dia 25 de novembro.** Ascom/Marcello Paulino, 01 nov. 2013. Disponível em: <https://www.lucasorioverde.mt.gov.br/site/noticias/3388>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. **Prefeitura entrega 301 casas do Jaime Seiti Fujii na próxima segunda-feira.** Ascom/Carolina Matter, 26 jul. 2013. Disponível em: <https://www.lucasorioverde.mt.gov.br/site/noticias/3018>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. **Unidade de saúde do Bairro Jaime Seiti Fujii foi inaugurada hoje (22).** Ascom/Francieli Cela, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.lucasorioverde.mt.gov.br/site/noticias/5287>. Acesso em: 15 dez. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos BS, Meneses MP, organizadores. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez; 2010. p. 84-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.) **La colonialidad del saber.** Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

QUIJANO, Anibal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina.** Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 141-166.

SANTOS, Sheila Pires dos. **Genocídio Discursivo: o ensino de biologia a partir de uma abordagem CTS para contrapor manifestações negacionistas frente a vacinação da Covid-19.** 2023. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação e Ensino (PPGE). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) em associação com a Universidade de Cuiabá (UNIC), Cuiabá.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 36, p. 474-492, set./dez. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina. Mentres Insanas em corpos rebeldes.** Ed: Scipione, 1993. 70 p.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. Pesquisa Qualitativa: uma possibilidade de triangulação por métodos, fenômenos e sujeitos. **Apresentado no 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/163>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em: Julho/2024.

Aprovado em: Outubro/2024.